



# *Prefeitura do Município de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR *011/23* *02* *416/23*

Altera o art. 4º, da Lei Complementar Municipal n. 109, de 23 de setembro de 2015, que dispõe sobre os critérios de avaliação do Estágio Probatório.

**Art. 1º** A Lei Complementar Municipal n. 109, de 23 de setembro de 2015, que dispõe sobre os critérios de avaliação do Estágio Probatório, passa a vigorar com a seguinte redação:

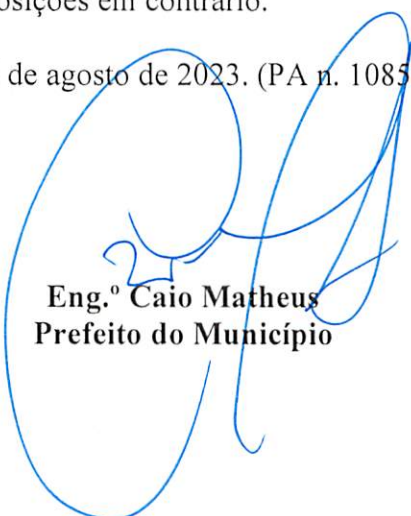
*"Art. 4º .....*

*§ 1º A Comissão será constituída de no mínimo 03 (três) servidores estáveis, como titulares, e 03 (três) servidores estáveis como suplentes, com remuneração equivalente a 30% do vencimento padrão do servidor do nível 10A, da tabela salarial do Poder Executivo Central ou outro que vier a substituir.*

*....." (NR)*

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bertioga, 24 de agosto de 2023. (PA n. 10855/2012)

  
**Eng.º Caio Matheus**  
**Prefeito do Município**



*Prefeitura do Município de Bertioga*  
Estado de São Paulo  
*Estância Balneária*

Folhas 03  
Proc. 436123

**MENSAGEM EXPLICATIVA**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bertioga:

Pela presente Exposição de Motivos encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei Complementar que ***“Altera o art. 4º, da Lei Complementar Municipal n. 109, de 23 de setembro de 2015, que dispõe sobre os critérios de avaliação do Estágio Probatório”***, pelos seguintes motivos:

A proposta visa dar nova composição à Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório.

Atualmente a referida comissão encontra previsão no art. 4º, da Lei Complementar Municipal n. 109/2015, devendo ser designada pelo responsável do poder ou órgão, conforme regulamento de avaliação e, nos termos do § 1º ser *“constituída de no mínimo 03 (três) servidores estáveis, como titulares, e 03 (três) servidores estáveis como suplentes, sendo um dos membros obrigatoriamente procurador, com remuneração equivalente a 30% do vencimento padrão do servidor do nível 10A, da tabela salarial do Poder Executivo Central ou outro que vier a substituir”*.

Ocorre que as atividades desempenhadas pela referida Comissão não possuem natureza de atividade jurídica, que justifiquem a reserva de uma de suas vagas a um Procurador.

Assim, considerando o excesso de serviço judicial e extrajudicial que acomete os Procuradores, com prazos exíguos; que os Procuradores expressamente já se opuseram a compor outras Comissões por não haver necessidade de utilizar de conhecimentos jurídicos como fator essencial para ser membro ativo e considerando que essa Comissão tem por objeto consultar e analisar os boletins de avaliação já devidamente preenchidos pelas Chefias imediatas, sem necessidade de elaboração de manifestação de mérito ou quicá jurídica, conclui-se pela desnecessidade da inclusão de Procurador nesta Comissão.

Ademais, havendo a necessidade de dirimir dúvida jurídica ou fixar a interpretação da lei estas poderão ser supridas pela emissão de pareceres ou outras manifestações oficiais, esperando-se que com tal medida os Procuradores Municipais sejam desonerados de atividades que não possuem natureza jurídica, em proveito do interesse público e da maior eficiência das atividades desempenhadas pela Procuradoria.

Diante do exposto, solicitamos aos Nobres Vereadores a discussão e votação do presente projeto de lei complementar com a reconhecida competência que pautam os atos deste Egrégio Poder Legislativo.

***Eng.º Caio Matheus***



# Prefeitura do Município de Bertiooga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Folhas 04

Proc. 416123

Bertiooga, 24 de agosto de 2023.

**OFÍCIO N. 322/2023 – SG**

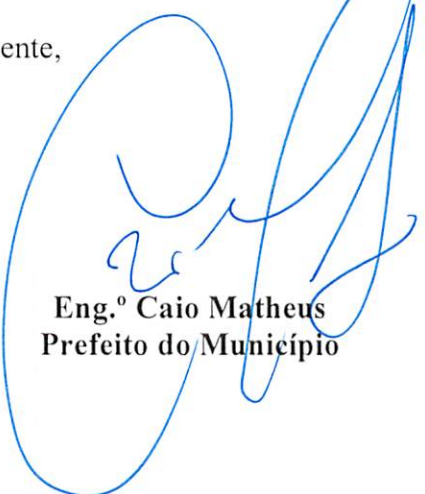
Processo Administrativo n. 10855/2012

(Favor mencionar esta referência)

*Excelentíssimo Senhor,*

Com os nossos cordiais cumprimentos e reiterando os protestos de estima e consideração, servimo-nos do presente para encaminhar a esta Egrégia Casa de Leis, para apreciação e votação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei Complementar que *“Altera o art. 4º, da Lei Complementar Municipal n. 109, de 23 de setembro de 2015, que dispõe sobre os critérios de avaliação do Estágio Probatório”*.

Atenciosamente,

  
**Eng.º Caio Matheus**  
**Prefeito do Município**

CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOOGA  
CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOOGA

Protocolo 882

Data 25/ 08 / 2023

Hora 15:43

Funcionário Luiz

Ao Excelentíssimo Vereador

**ANTONIO CARLOS TICIANELLI**

Presidente da Câmara Municipal de Bertiooga

  
Aum. Arilson Lisboa Sávio  
Diretor - Dep. Administração